

OLIVEIRA TRUST S.A.
CNPJ nº 21.110.778/0001-23

Relatório do auditor independente

Demonstrações financeiras individuais
e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023

OLIVEIRA TRUST S.A.
CNPJ nº 21.110.778/0001-23

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado abrangente

Demonstrações individuais e consolidadas das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações individuais e consolidadas dos fluxos de caixa - método indireto

Demonstrações individuais e consolidadas dos valores adicionados - informação suplementar

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas



OLIVEIRA TRUST

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023



The organization's mission is to...
to address their strategic goals...
of the company.

The organization's mission is to...
of the strategy, as well as...
to address their strategic goals...
of the company.

The organization's mission is to...
of the strategy, as well as...
to address their strategic goals...
of the company.

Sumário Executivo

Receita Líquida
R\$ 249 milhões
▲ +13% vs. 2022

EBITDA
R\$ 97 milhões
▲ -4% vs. 2022

Lucro Líquido
R\$ 81 milhões
▲ +1% vs. 2022

- Receita Líquida totalizou R\$ 249 milhões em 2023, representando crescimento de 13% em relação a 2022.
- *Market share* de Agente Fiduciário em 2023 foi de 49%, aumento de 5 p.p sobre 2022.
- *AuC* de R\$ 148 bilhões, 7% maior ao registrado em 2022.
- *AuA* de R\$ 147 bilhões, 3% superior ao mesmo período do ano anterior.
- Em Escrituração alcançamos o volume financeiro de R\$ 367 bilhões, crescimento de 21% em relação a 2022.
- Implementação do programa de retenção e atração de talentos com Incentivo de Longo Prazo (ILP) que representou R\$ 10 milhões de provisão no ano de 2023 contra R\$ 1 milhão em 2022.
- Participação no 1º TIDC (Token de Direitos Creditórios), fortalecendo pioneirismo sobre a terceira via de securitização.

Administração Fiduciária
Receita Líquida
R\$ 71,6 milhões
▲ 0% vs. 2022

Serviços Qualificados
Receita Líquida
R\$ 87,2 milhões
▲ +13% vs. 2022

Serviços Fiduciários
Receita Líquida
R\$ 90,1 milhões
▲ +27% vs. 2022

Mensagem da Administração

Mercado

O ano de 2023 apresentou uma montanha-russa de experiências para o mercado de capitais. Enquanto o primeiro semestre refletiu os impactos adversos, como restrições de crédito e pedidos de recuperação judicial de empresas, o segundo semestre trouxe uma melhora significativa na percepção do mercado. Isso se deu em meio à sinalização de queda das taxas de juros e ao amadurecimento em relação à Resolução CVM 175, resultando em um aumento notável nas emissões, que dobraram em relação ao volume registrado até junho.

Ao longo do ano, o mercado de capitais, conforme indicado pela ANBIMA, captou R\$ 463 bilhões, representando uma redução de 15% em relação ao mesmo período de 2022. As debêntures foram responsáveis por mais da metade das emissões, seguidas pelos títulos de securitização - CRIs, CRAs e FIDCs - que compuseram 28% do total. O último trimestre do ano, especialmente dezembro, destacou-se como o período mais positivo, registrando um aumento de 21% no volume de emissões em comparação com o 4T22.

No âmbito da indústria de fundos, a captação líquida dos fundos estruturados apresentou um saldo positivo de R\$ 66 bilhões, contribuindo para atenuar o resgate líquido acumulado dessa indústria ao longo do ano, que totalizou R\$ 128 bilhões.

O último trimestre do ano registrou mudanças significativas no cenário legal do mercado. Além da efetiva entrada em vigor, em outubro, da Resolução CVM 175 para novos fundos, destacam-se a sanção do Projeto de Lei 4.173/2023, que alterou as regras tributárias aplicáveis aos fundos fechados, e a Resolução CVM 194, que promoveu modificações na Resolução CVM 60, marco regulatório das operações das companhias securitizadoras no Brasil.

Desempenho Operacional

Ao longo do ano, conseguimos evidenciar nossa resiliência fundamentada em conhecimento técnico, tecnologia avançada e um portfólio completo. Isso permitiu auxiliar os clientes e o mercado a explorar e aproveitar o que há de melhor em nossa plataforma financeira digital.

Como resultado, encerramos o ano de 2023 com R\$ 147 bilhões em Ativos sob Administração (AuA) e R\$ 148 bilhões em Ativos sob Custódia (AuC), representando aumentos de 3% e 7%, respectivamente, em comparação com os números alcançados em 2022. Na posição de agente fiduciário para CRI, CRA e Debêntures, conquistamos uma participação de mercado de 49%, um incremento de 5 p.p em relação a 2022, demonstrando um crescimento superior ao do mercado. No âmbito da escrituração, que engloba tanto fundos estruturados quanto títulos de dívida, o volume financeiro dos ativos totalizou R\$ 367 bilhões no consolidado do ano, marcando um aumento de 21% em relação ao ano anterior.

Nossa estratégia de investimento na evolução tecnológica reforça constantemente nosso diferencial no mercado, possibilitando a obtenção de resultados robustos mesmo em momentos de instabilidade. O OCTO+ (aplicação de gestão de recebíveis) exemplifica essa abordagem ao consolidar nossa liderança no mercado de FIDCs, viabilizando 25 novas operações ao longo do ano. Esta aplicação em constante evolução está sendo ampliada para diversas áreas de negócios.

Além disso, concluímos a atualização da nossa plataforma de administração de fundos líquidos, proporcionando valiosas perspectivas por meio do novo Portal OT, repleto de funcionalidades adicionais, incluindo diversas integrações (APIs), beneficiando significativamente nossos clientes.

Destacamos avanços cruciais, como a implementação da escrituração de tokens via blockchain, possibilitando a escrituração e a conciliação dos ativos diretamente na rede. Além disso, inovamos ao sermos pioneiros na terceira via de securitização, com a participação no primeiro TIDC (Token de Direitos Creditórios) - um produto concebido com uma arquitetura totalmente "tokenizada" que se integra ao Drex como câmara de tokenização.

Mantemos nossa visão de continuar investindo e aprimorando nossa tecnologia e processos, com o propósito de transformar o mercado, tornando-o mais ágil em suas tomadas de decisões e fomentando o surgimento de novos negócios

Desempenho Financeiro Consolidado

(Em R\$ mil)	2023	2022	Variação 2023/2022
Receita Bruta	274.660	241.693	13,6%
Impostos sobre Receita	-25.731	-21.694	18,6%
Receita Líquida	248.929	219.999	13,2%
Despesas Operacionais*	-141.521	-118.764	19,2%
Incentivo de Longo Prazo	-10.148	-1.025	889,8%
EBITDA	97.260	101.235	-3,9%
Depreciações e Amortizações	-3.825	-2.988	28,0%
EBIT	93.435	98.247	-4,9%
Resultado Financeiro	32.430	21.323	52,1%
Lucro Operacional	125.865	119.570	5,3%
IR / CS	-44.851	-39.524	13,5%
Lucro Líquido do período	81.014	80.046	1,2%

*Para esse quadro, em específico, as Depreciações e Amortizações são expurgadas das Despesas Operacionais

No ano de 2023 a Receita Líquida atingiu R\$ 249 milhões, marcando um crescimento de 13% em comparação ao 2022, mantendo a evolução contínua que temos apresentado nos últimos anos.

Para o ano as despesas operacionais variaram 19% sobre igual período do ano anterior, devido principalmente: (i) ao crescimento das despesas de pessoal da ordem de 17%, impactado pelo aumento do quadro de colaboradores em 13%, (ii) ao aumento de 18% dos gastos com processamento de dados e desenvolvimento de novas tecnologias, ratificando os investimentos estratégicos da Companhia.

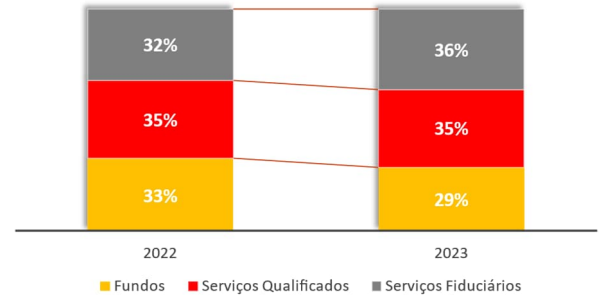
Ao longo de 2023 as despesas relacionadas ao Programa de Incentivos de Longo Prazo, que beneficiam a atração e retenção de talentos, estabelecido pela Companhia em dezembro de 2022, totalizaram R\$ 10 milhões.

Como resultado, mesmo considerando a implementação efetiva em 2023 de provisões decorrentes do Programa de Incentivo de Longo Prazo, incipiente em 2022, o EBITDA atingiu R\$ 97 milhões, representando uma redução de 3,9% em comparação a 2022, enquanto o Lucro Líquido cresceu 1,2% na comparação anual, atingindo R\$ 81 milhões.

Desempenho Financeiro por Segmento de Negócio

Apesar do crescimento mais expressivo nos segmentos de Serviços Qualificados e Serviços Fiduciários, o Segmento de Administração de Fundos demonstrou resiliência diante das condições macroeconômicas adversas do mercado. Como resultado, a participação de cada um desses segmentos na receita líquida total permanece equilibrada, reforçando a solidez dos resultados obtidos, como também a interconexão dos serviços entre os segmentos, promovendo uma maior fidelização dos clientes.

Participação dos Segmentos sobre a Receita Líquida

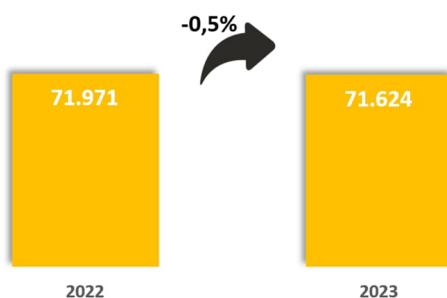


Receita Líquida por Segmento (Em R\$ mil)	2023	2022	Varição 2023/2022
Administração Fiduciária	71.624	71.971	-0,5%
Serviços Qualificados	87.216	77.120	13,1%
Serviços Fiduciários	90.089	70.908	27,1%
Receita Líquida Total	248.929	219.999	13,2%

Administração Fiduciária

Como mencionado anteriormente, o mercado em 2023 se mostrou volátil e mais favorável a novas emissões apenas no segundo semestre, coincidindo com melhorias nas percepções de risco e nos níveis das taxas de juros.

Receita Administração Fiduciária (R\$ Mil)



Encerramos o ano com um total de 186 fundos estruturados sob administração, registrando um aumento de 3% no patrimônio líquido (PL) desses fundos em comparação com o final de 2022. Destacamos o crescimento notável de 10% nos FIDCs, um produto no qual lideramos o mercado.

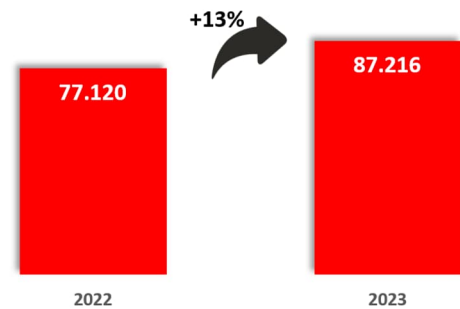
Como resultado consolidado do ano, a receita líquida manteve-se estável em comparação com 2022, atingindo R\$ 71,6 milhões.

Serviços Qualificados

No âmbito do segmento de serviços qualificados, o destaque reside no diferencial tecnológico proporcionado pelo OCTO+, assim como no avanço do processo de escrituração, atualmente conduzido também por meio da tecnologia blockchain. Além disso, observaram-se mudanças significativas na plataforma de custódia e controle, que, aliadas ao nosso sólido conhecimento operacional, repercutiram positivamente nos negócios e nas parcerias estratégicas.

O estoque de fundos custodiados em 2023 apresentou um aumento de 3%, atingindo um volume financeiro de R\$ 147 bilhões, refletindo um crescimento de 7% em comparação com 2022. De maneira semelhante, o volume de ativos sob escrituração alcançou R\$ 367 bilhões, evidenciando um incremento de 21% em relação ao ano anterior. Destaca-se a evolução do serviço de escrituração para notas comerciais, cujo número de emissões triplicou em 2023, atingindo um volume financeiro de R\$ 21 bilhões junto à OT.

Receita Serviços Qualificados (R\$ Mil)



Como resultado, nossa receita líquida totalizou R\$ 87 milhões, registrando um aumento de 13% em comparação ao ano anterior.

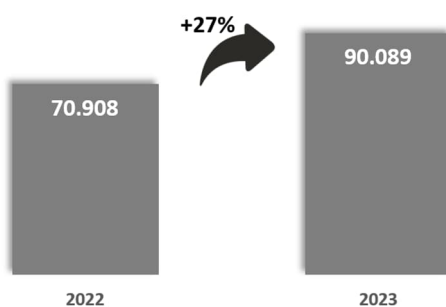
Serviços Fiduciários

O mercado das operações envolvendo CRIs, CRAs e Debêntures enfrentou, assim como o mercado em geral, os impactos do cenário macroeconômico. Conforme dados apurados pela OT, o volume de novas emissões diminuiu 19% durante 2023 para esses produtos.

Observa-se que o mercado de Certificados de Recebíveis está amadurecendo, especialmente no caso dos CRAs, enquanto nos CRIs, o volume foi impulsionado pela modalidade de reembolso, na qual somos especialistas. É relevante notar que o aumento no número de investidores pessoas físicas contribuiu para uma perspectiva mais positiva em relação a esse tipo de captação de recursos.

Com nosso diferencial na prestação de serviços como agente fiduciário, conseguimos aumentar nosso *market share* em 5 pontos percentuais, passando de 44% em 2022 para 49% em 2023¹.

Receita Serviços Fiduciários (R\$ Mil)



No que se refere ao estoque de contratos - excluindo as LIGs - conseguimos manter um volume semelhante ao registrado em 2022. Esta situação foi influenciada pelo crescimento positivo em CRIs (+47%), CRAs (+34%) e Debêntures (+10%), mas também pela redução nos contratos de registro e custódia de CCl's (-5%). Quanto às LIGs, o volume financeiro cresceu 24%, atingindo o valor de R\$ 113 bilhões.

Neste contexto, alcançamos uma receita líquida de R\$ 90 milhões no ano, representando um aumento de 27% em sobre 2022.

É relevante destacar que após o encerramento de 2023, o Conselho Monetário Nacional (CMN) promoveu ajustes nas normas que regem a emissão de títulos incentivados pelo setor privado, lastreados em operações do agronegócio e do setor imobiliário. Essas mudanças entraram em vigor a partir de 1º de fevereiro de 2024, e são detalhadas nas seguintes Resoluções:

¹ A Oliveira Trust apura esses dados por meio de informações públicas dos agentes do mercado, bem como dados da B3 e ANBIMA.

1. Resolução nº 5.118: Proíbe emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) com lastro em títulos de dívida (como debêntures) emitidos por companhias abertas não vinculadas aos setores do agronegócio ou imobiliário. Além disso, veta emissões desses certificados com lastro em direitos creditórios provenientes de operações entre partes relacionadas ou de operações financeiras cujos recursos são destinados ao reembolso de despesas.
2. Resolução nº 5.119: Proíbe o uso dos recursos captados por meio das Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) para a concessão de crédito rural beneficiado por subvenção econômica da União a partir de 1º de julho do mesmo ano. Quanto às Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e Letras Imobiliárias Garantidas (LIG), a resolução especifica as modalidades de crédito imobiliário aceitas como lastro, com foco em operações de efetiva natureza imobiliária, e amplia o prazo mínimo de vencimento dos títulos emitidos, de 90 dias para 12 meses.

As consequências dessas mudanças ainda estão sendo avaliadas pelo mercado. No entanto, independentemente dos impactos, a Oliveira Trust está pronta para apoiar e viabilizar as operações sob as novas condições.

Pessoas

Na Oliveira Trust, valorizamos nossos colaboradores como peças fundamentais para o sucesso. Priorizamos um ambiente de trabalho saudável e o bem-estar da equipe, acreditando que isso contribui para o crescimento pessoal e profissional, refletindo na qualidade dos serviços prestados aos nossos clientes.

Em 2023, consolidamos e fortalecemos o Programa de Incentivo de Longo Prazo por meio de novas outorgas, sendo um instrumento essencial para atrair e manter talentos, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da organização. Ao fornecer motivação e alinhamento de objetivos, esse programa desempenha um papel importante no engajamento e crescimento contínuo da equipe.

No que diz respeito ao nosso Programa de Bem-Estar, mantivemos o foco na saúde física e mental dos colaboradores, incentivando práticas como exercícios, alimentação saudável e suporte emocional por meio de plataformas especializadas. Essa abordagem resultou em uma equipe mais engajada, contribuindo para um ambiente de trabalho positivo, fundamental para a renovação da certificação concedida pelo Great Place to Work no último trimestre.

Encerramos o ano de 2023 com um total de 340 colaboradores, representando um aumento de 13% em comparação com 2022. Visando capacitar ainda mais nossa equipe, promovemos ao longo do ano 6.100 horas de treinamentos em diversas áreas de conhecimento, o que representa uma média de 18 horas por colaborador. Essa iniciativa reforça nosso compromisso com o desenvolvimento profissional e aprimoramento contínuo de nossa equipe.



Tecnologia

A Oliveira Trust tem claro que, junto com sua equipe de colaboradores, a tecnologia proprietária compõe a estratégia para bons resultados quando se fala de prestação de serviços para o mercado financeiro e de capitais. Nesse sentido ampliamos ainda mais a equipe dedicada, finalizando em dezembro com 86 colaboradores, ante 71 no final de 2022.

Com essa equipe, moldamos o nosso futuro, enfrentando com ousadia desafios internos e externos, viabilizando operações de alta complexidade e a conquista de novos clientes.

Foram inúmeros os projetos e melhorias executadas ao longo de 2023 aprimorando processos e otimizando tarefas, valendo ressaltar:

- Os avanços do OCTO+ deixando-o cada vez mais robusto, reduzindo a necessidade de intervenção humana nos processos.
- A evolução do nosso Portal OT, atendendo investidores, gestores e administradores, melhorando sua experiência com cada vez mais funcionalidades.
- Implementação de uma infraestrutura completa e diferenciada de aplicações e ferramentas para receber os fundos líquidos.
- Toda a evolução dentro da rede blockchain, viabilizando novos serviços como escrituração e a importante participação na emissão do 1º TIDC do mercado, comprovando nosso pioneirismo na terceira via da securitização.

ASG - Ambiental, Social e Governança

O Grupo pratica e incentiva condutas éticas e transparentes, bem como dissemina a cultura de responsabilidade, coibindo quaisquer atos que impactem no desenvolvimento socioambiental. Dentro da OT, respeitam-se os princípios presentes na constituição da Organização Internacional do Trabalho (OIT), bem como são sempre oferecidas condições dignas. O trabalho decente em âmbito global para homens e mulheres é incentivado, considerando aspectos como a não discriminação, a segurança, as condições de salubridade, a erradicação do trabalho infantil, escravo, entre outros. Os conceitos de preservação do meio ambiente, de forma a evitar desperdícios e utilizar o consumo energético eficiente, são, desde sempre, intrínsecos às ações do Grupo.

A marca Oliveira Trust tem o propósito de promover mudanças positivas na vida das pessoas e da sociedade, como já destacado acima. A entrega dos serviços, orientados para atender às necessidades dos clientes, refletem a busca constante em proporcionar a melhor experiência para todos os seus stakeholders no dia a dia.

Importante mencionar que também somos signatários do Pacto Global da ONU, assumindo a responsabilidade de contribuir para o alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, plano de ação da ONU que contribui para o enfrentamento dos desafios da sociedade até 2030.

Ambiental



Desde 2019 a Oliveira Trust tem realizado a compensação das emissões de gases de efeito estufa de suas atividades. O projeto no qual se investiu para neutralizar essas emissões está implementado na região da Serra da Mantiqueira, no bioma Mata Atlântica, em parceria com a ONG Iniciativa Verde.

Em 2023 foram plantadas 1.150 árvores, sendo 949 para neutralizar 222,6 toneladas de CO₂ e 201 para cooperar com a iniciativa Amigos da Floresta, indo além da necessidade de compensação.

Nesses últimos 4 anos a Companhia plantou 3400 árvores, sendo 2500 para neutralizar as 584 toneladas de CO₂ emitidos, e outras 900 árvores, com a iniciativa Amigos da Floresta, para ir além do CO₂ emitido pelo Grupo.



Junto a isso, é importante comentar também sobre a coleta seletiva do lixo gerado dentro dos escritórios do Grupo, os quais são encaminhados para a reciclagem.

Social

No campo social, o Grupo tem trabalhado tanto com equipes internas quanto consultorias externas, para cada vez mais investir em projetos sociais, de educação, saúde e esporte.

Ao final de 2023, direcionou-se R\$ 1,8 milhão a esses projetos, que serão executados ao longo de 2024, montante 53% superior ao do período anterior.

Incentivo / Projeto	Valor (R\$)
Infância e da Adolescência	R\$ 164.415
<i>Doutores da Alegria</i>	R\$ 64.415
<i>Hospital Pequeno Príncipe</i>	R\$ 100.000
Idoso	R\$ 164.415
<i>Melhor Visão</i>	R\$ 164.415
Incentivo à Cultura	R\$ 1.190.142
<i>Dançar a Vida</i>	R\$ 257.661
<i>Reforço do Futuro</i>	R\$ 319.481
<i>Mulheres Artesãs</i>	R\$ 200.000
<i>Rio2C</i>	R\$ 200.000
<i>Luta Pela Paz</i>	R\$ 113.000
<i>Escola de Música e Cidadania</i>	R\$ 100.000
Incentivo ao Esporte	R\$ 328.831
<i>Pedro Boesel - Porsche Cup</i>	R\$ 200.000
<i>Craque do Amanhã</i>	R\$ 128.831
TOTAL	R\$ 1.847.803

Governança Corporativa

O Grupo entende que a adoção de boas práticas de governança corporativa agrega valor a uma empresa e contribui para a sua perpetuidade. Para a OT, regras, controles e confiança são a base de tudo e, com estes objetivos, adotam-se boas práticas de governança corporativa que estão alinhadas às melhores em vigor no mercado brasileiro, além de cumprir as regras estabelecidas pelo Banco Central do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários.

Internamente, são mantidas políticas e mecanismos de gestão em constante evolução para garantir a sua excelência, como também o crescimento sustentável da organização.

A OT possui uma área de Compliance, responsável por atuar junto aos demais componentes da estrutura, com o objetivo de assegurar o cumprimento das diretrizes internas e externas estabelecidas, sendo uma unidade organizacional independente, subordinada à Diretoria Executiva e que tem acompanhamento do Conselho de Administração.



Reforçando o compromisso na prevenção à corrupção e alinhada às práticas de governança e compliance, a OT aderiu, em 2022, ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção do Instituto Ethos. Trata-se de um compromisso voluntário assumido por empresas privadas e públicas, com o objetivo de uni-las na promoção

de um mercado mais íntegro e ético, combatendo as práticas de corrupção e suborno.

Nesse sentido é importante destacar que o OT possui um “Canal de Denúncias” formal, que pode ser acessado por meio do site - <https://www.oliveiratrust.com.br/canal-de-denuncia/> . Este canal está acessível a uma ampla gama de stakeholders, incluindo funcionários, estagiários, temporários, jovens aprendizes, fornecedores, prestadores de serviços, clientes e outros que detenham informações relevantes no que diz respeito à prevenção de corrupção, fraudes, lavagem de dinheiro, outros atos criminosos, discriminação ou violações de conduta.

Declaração da Administração

A Administração da Controladora declara que discutiu, reviu e concorda com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, assim como reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à Resolução CVM nº 23, o Grupo Oliveira Trust informa que não contratou os auditores independentes para prestação de outros serviços que não fossem os serviços de auditoria de suas demonstrações financeiras ou dos fundos administrados pelas empresas integrantes de seu grupo econômico.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e parceiros pela confiança em nós depositada, e a cada um dos colaboradores que constroem diariamente a nossa história vitoriosa ao longo desses mais de 32 anos.

Rio de Janeiro, 01 de março 2024.

A Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Oliveira Trust S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Oliveira Trust S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações, individual e consolidada, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Oliveira Trust S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do Auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Receitas de prestação de serviços

As receitas de prestação de serviço da Companhia são compostas substancialmente por serviços de administração de fundos de investimento, serviços qualificados e serviços fiduciários.

Essas receitas são mensuradas conforme os termos contratuais que consideram valores fixos ou percentual de comissão para os serviços prestados.

O reconhecimento da receita requer controles da Administração para determinação do registro no momento em que os serviços são prestados.

Considerando a relevância dessas receitas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, essa área foi foco em nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

Entendimento do ambiente de controles internos referente aos processos de reconhecimento de receitas;

Confronto das informações analíticas contidas nos sistemas operacionais com a receita reconhecida no sistema contábil;

Em base amostral, inspeção da documentação suporte das receitas registradas, e confrontamos com a liquidação financeira subsequente;

Recálculo de determinadas transações de receitas registradas; e

Avaliação das políticas contábeis divulgadas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Baseados nos procedimentos de auditoria sumarizados acima, consideramos que as políticas de reconhecimento de receitas da Companhia são apropriadas para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada, do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 01 de março de 2024.

OLIVEIRA TRUST S.A.

Balanço patrimonial controladora e consolidado Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		19.222	25.723	255.629	212.489
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.110	5.779	130.198	102.275
Ativos financeiros	6	-	-	89.454	78.037
Contas a receber	7	-	-	16.650	14.303
Dividendos a receber	9	14.810	19.793	-	-
Outros créditos	8	302	151	19.327	17.874
Não circulante		70.049	59.301	28.376	14.031
Créditos tributários diferidos		-	-	12.091	4.254
Investimento em controladas	9	70.049	59.301	-	-
Outros investimentos		-	-	16	26
Direitos de uso	10	-	-	9.084	7.014
Imobilizado	11	-	-	5.414	2.711
Intangível	12	-	-	1.771	26
Total do ativo		89.271	85.024	284.005	226.520
Passivo e patrimônio líquido					
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		135	116	182.814	135.000
Depósitos		-	-	75.760	66.567
Obrigações fiscais e previdenciárias	14	112	107	52.548	40.527
Obrigações trabalhistas	15	-	-	22.396	13.310
Arrendamentos a pagar	17	-	-	2.522	2.336
Receitas antecipadas	18	-	-	23.519	7.291
Outras contas a pagar	19	23	9	6.069	4.969
Não circulante		-	-	12.055	6.612
Arrendamentos a pagar	17	-	-	8.514	5.240
Receitas antecipadas	18	-	-	-	798
Obrigações trabalhistas	15	-	-	3.541	574
Patrimônio líquido	20	89.136	84.908	89.136	84.908
Capital social		30.999	30.999	30.999	30.999
Reservas de lucros		57.117	53.636	57.117	53.636
Ajuste de avaliação patrimonial		1.020	273	1.020	273
Total do passivo e patrimônio líquido		89.271	85.024	284.005	226.520

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras controladora e consolidado.

OLIVEIRA TRUST S.A.

Demonstrações do resultado controladora e consolidado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Conosolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta da prestação de serviços		-	-	274.660	241.693
(-) Descontos concedidos		-	-	(336)	(67)
(-) Impostos sobre o faturamento		-	-	(25.395)	(21.627)
Receita líquida da prestação de serviços	21	-	-	248.929	219.999
Receitas/(despesas) operacionais		80.374	79.485	(155.494)	(121.752)
Despesas de pessoal		(3.522)	(3.330)	(103.644)	(81.245)
Despesas administrativas	22	(895)	(853)	(46.939)	(41.348)
Reversão (provisão) para perdas ao valor recuperável		-	-	(1.788)	2.963
Perda de créditos não recuperados		-	-	(2.111)	(2.551)
Resultado de equivalência patrimonial	9	84.791	83.651	-	-
Outras receitas/(despesas) operacionais		-	17	(1.012)	429
Lucro operacional, antes do resultado financeiro		80.374	79.485	93.435	98.247
Resultado financeiro	23	640	561	32.430	21.323
Receitas financeiras		671	588	34.164	22.081
Despesas financeiras		(31)	(27)	(1.734)	(758)
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		81.014	80.046	125.865	119.570
Imposto de Renda e Contribuição Social	24	-	-	(44.851)	(39.524)
Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente		-	-	(52.688)	(41.530)
Imposto de Renda e Contribuição Social - diferido		-	-	7.837	2.006
Lucro líquido do exercício		81.014	80.046	81.014	80.046
Básico e diluído					
Ordinárias		0,237472	0,234637	0,237472	0,234637
Preferenciais		0,237472	0,234637	0,237472	0,234637

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras controladora e consolidado.

OLIVEIRA TRUST S.A.

Demonstrações do resultado abrangente controladora e consolidado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	81.014	80.046	81.014	80.046
Outros Resultados Abrangentes(ORA)				
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado				
Ativos financeiros a valor justo através de ORA - variação líquida no valor justo	1.245	455	1.245	455
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	(498)	(182)	(498)	(182)
Outros resultados abrangentes, líquidos de Imposto de Renda e Contribuição Social	747	273	747	273
Resultado abrangente total	<u>81.761</u>	<u>80.319</u>	<u>81.761</u>	<u>80.319</u>
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	81.761	80.319	81.761	80.319
Resultado abrangente total	81.761	80.319	81.761	80.319

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras controladora e consolidado.

OLIVEIRA TRUST S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido controladora e consolidado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
	Integralizado	Legal	Outras			
Saldos em 31 de dezembro de 2021	30.999	3.220	32.367	-	-	66.586
Dividendos complementares distribuídos (20.b)	-	-	(28.367)	-	-	(28.367)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	80.046	80.046
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	273	-	273
Dividendos intermediários (20.b)	-	-	-	-	(33.630)	(33.630)
Apropriação para reservas	-	2.980	43.436	-	(46.416)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>30.999</u>	<u>6.200</u>	<u>47.436</u>	<u>273</u>	<u>-</u>	<u>84.908</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022	30.999	6.200	47.436	273	-	84.908
Dividendos complementares distribuídos (20.b)	-	-	(43.436)	-	-	(43.436)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	81.014	81.014
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	747	-	747
Dividendos intermediários (20.b)	-	-	-	-	(34.097)	(34.097)
Apropriação para reservas	-	-	46.917	-	(46.917)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>30.999</u>	<u>6.200</u>	<u>50.917</u>	<u>1.020</u>	<u>-</u>	<u>89.136</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras controladora e consolidado.

OLIVEIRA TRUST S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados - método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	81.014	80.046	125.865	119.570
Ajustes:				
Depreciação e amortização	-	-	3.825	2.988
Provisão para perdas ao valor recuperável e perdas efetivas	-	-	3.899	(412)
Juros sobre contratos de arrendamento	-	-	1.531	730
Resultado de equivalência patrimonial	(84.791)	(83.651)	-	-
Outros	-	(17)	140	636
Lucro(prejuízo) ajustado	(3.777)	(3.622)	135.260	123.512
(Aumento)/redução em contas do ativo				
Ativos financeiros	-	-	(11.417)	(77.352)
Outros créditos e contas a receber	(151)	(145)	(7.699)	(15.438)
	(151)	(145)	(19.116)	(92.790)
Aumento/(redução) em contas do passivo				
Depósitos	-	-	9.193	45.729
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(41.396)	(32.003)
Obrigações fiscais e previdenciárias	5	10	547	1.247
Receitas antecipadas	-	-	15.430	8.089
Outras contas a pagar	14	(15)	12.722	259
	19	(5)	(3.504)	23.321
Fluxo de caixa (utilizado nas)gerado pelas atividades operacionais	(3.909)	(3.772)	112.640	54.043
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado e intangível	-	-	(4.577)	(736)
Aquisição de investimentos	(60)	-	-	-
Dividendos recebidos	79.833	71.393	-	-
Caixa líquido gerado pelas(utilizado nas) atividades de financiamento	79.773	71.393	(4.577)	(736)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento de arrendamentos	-	-	(2.607)	(2.852)
Dividendos pagos	(77.533)	(61.999)	(77.533)	(61.999)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(77.533)	(61.999)	(80.140)	(64.851)
(Redução)/Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(1.669)	5.622	27.923	(11.544)
Caixa e equivalentes de caixa - início	5.779	157	102.275	113.819
Caixa e equivalentes de caixa - final	4.110	5.779	130.198	102.275
(Redução)/Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(1.669)	5.622	27.923	(11.544)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras controladora e consolidado.

OLIVEIRA TRUST S.A.

Demonstrações do valor adicionado controladora e consolidado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas	-	-	271.857	242.741
Prestação de serviço	-	-	274.660	241.693
Outras receitas	-	-	1.432	703
Provisão para perdas ao valor recuperável e perdas de créditos	-	-	(3.899)	412
Descontos concedidos	-	-	(336)	(67)
Insumos de terceiros	(895)	(838)	(45.100)	(38.384)
Processamento de dados	(196)	(76)	(24.347)	(20.636)
Serviços técnicos	(324)	(419)	(4.827)	(6.364)
Taxas Regulatórias	(1)	-	(3.217)	(1.939)
Serviços de Terceiros	(20)	(32)	(2.746)	(3.157)
Outras	(354)	(311)	(9.963)	(6.288)
Valor adicionado, bruto	(895)	(838)	226.757	204.357
Depreciação e amortização	-	-	(3.825)	(2.988)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(895)	(838)	222.932	201.369
Valor adicionado recebido em transferência - resultado de equivalência patrimonial	84.791	83.651	-	-
Valor adicional recebido em transferência - Receita financeira	671	588	34.163	22.080
Valor adicionado total a distribuir	84.567	83.401	257.095	223.449
Distribuição do valor adicionado	(84.567)	(83.401)	(257.095)	(223.449)
Pessoal	(2.935)	(2.773)	(90.886)	(70.030)
Remuneração direta	(2.935)	(2.774)	(74.727)	(57.604)
Benefícios	-	1	(13.219)	(9.967)
Fundo de garantia por tempo de serviço	-	-	(2.940)	(2.459)
Impostos, taxas e contribuições	(587)	(555)	(83.462)	(72.615)
Federais	(587)	(555)	(71.112)	(62.111)
Municipais	-	-	(12.350)	(10.504)
Remuneração de capitais de terceiros	(31)	(27)	(1.733)	(758)
Juros	(31)	(27)	(1.733)	(758)
Remuneração de capitais próprios	(81.014)	(80.046)	(81.014)	(80.046)
Dividendos	(34.097)	(33.630)	(34.097)	(33.630)
Reservas de lucros	(46.917)	(46.416)	(46.917)	(46.416)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras controladora e consolidado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras controladora e consolidado

Exercício findos em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

1. Informações gerais

A Oliveira Trust S.A., (“OT S.A.”, “Controladora” ou “Companhia”), com sede na Avenida das Américas nº 3434, Bloco nº 7, Sala nº 202, Barra da Tijuca, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP: 22640-102, é uma sociedade anônima, brasileira, que tem como objetivo participar em outras sociedades. Desde 2021 está registrada como companhia aberta categoria “A” junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

O órgão máximo de decisão é o Conselho de Administração, que autorizou a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 01 de março de 2024.

2. Relação de entidades consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as entidades controladas Oliveira Trust Servicer S.A. (“OT Servicer”), Holding Trust S/A (“Holding Trust”), MCFL Participações S.A. (“MCFL”) e Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“OT DTVM”), sendo a participação da Controladora em cada uma das controladas como segue:

	Ramo de atividade	Controle	Participação no capital (%)	
			31/12/2013	31/12/2022
Empresas controladas				
Oliveira Trust Servicer S.A.	Prestação de serviços	Direto	100	100
Holding Trust S/A	Holding	Direto	100	100
MCFL Participações S.A.	Holding	Direto	100	100
Oliveira Trust DTVM S.A.	Distribuidora de TVM	Indireto	100	100

As entidades controladas da OT S.A. têm as seguintes atividades operacionais:

(i) Oliveira Trust Servicer S.A.

Tem como objetivo a prestação de serviços de consultoria e assessoria na elaboração de estudos de viabilidade e no planejamento e estruturação de operações financeiras, bem como consultoria na intermediação, na fiscalização e no controle de ativos; prestação de serviços de controle e expedição de cobrança simples de ativos de terceiros; assessoria a credores e/ou devedores, em reestruturação de dívidas; assessoria a empresas e instituições financeiras na emissão pública de valores mobiliários; representação de credores em operações estruturadas (“Trustee”); a prestação de serviços de administração e/ou gestão de bens de terceiros, fundos de investimento e a administração de carteira de valores mobiliários; e a controladoria de ativos e passivos para fundos de investimento.

(ii) Holding Trust S.A.

Tem como objetivo participar em outras companhias, que sejam veículos ("Sociedades de Propósito Específico"), sem obter controle ou poderes sobre estes, tendo em vista que tais veículos são criados para abrigar bens e/ou direitos de credores e viabilizar a prestação de serviços de "trustee" e outros.

Tais serviços são remunerados de acordo com as práticas de mercado, sendo todos os direitos e obrigações, assim como os riscos e retornos, substancialmente repassados aos credores dos referidos veículos.

Assim, na execução desses objetivos, a Holding Trust participa:

- (a) Na SRC Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A., que apresentava capital social de R\$ 10 e teve suas atividades encerradas em abril de 2023;
- (b) Na SRC II Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A., constituída em 14 de abril de 2021, cujo saldo contábil do investimento em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 10 (R\$ 10 em 2022), sendo o capital social do veículo de R\$ 10 (R\$ 10 em 2022).

Tais veículos foram criados para abrigar os direitos creditórios financeiros cedidos aos mesmos por entidade originadora ("cedente"), como lastro (alienação fiduciária) da emissão de debêntures realizada e subscrita por debenturistas ("principal"), na qual empresas ligadas atuam na prestação de serviço de controle e verificações conforme estabelecidos em contrato, sendo remuneradas a preço fixo, independente da performance dos direitos creditórios registrados nos veículos, sendo os riscos e benefícios dos referidos direitos creditórios transferidos integralmente aos credores (debenturistas) e/ou cedente.

Tendo em vista as características das referidas participações, os ativos e passivos dos veículos estão apresentados em bases líquidas na rubrica "Outros investimentos" no balanço patrimonial.

(iii) MCFL Participações S.A.

Tem como objetivo participar exclusivamente no capital da Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., da qual detém 100% do capital social.

(iv) Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Tem por objetivo administrar carteiras e custodiar títulos e valores mobiliários, exercer funções de agente fiduciário, instituir, organizar e administrar fundos de investimentos, atuar com conta de pagamento, além das demais atividades descritas em seu estatuto social, conforme observado nas disposições legais e regulamentares emanadas principalmente da CVM e do BACEN.

3. Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatórios financeiros *Internacional Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidas pelo *Internacional Accounting Standards Board (IASB)*.

Desta forma, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumariadas na Nota 4.

Na elaboração das demonstrações financeiras foi considerado o custo histórico como base de valor que, no caso de determinados ativos e passivos financeiro, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para a venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4(n).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

4. Políticas contábeis

Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumariadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

(a) Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram considerados os requisitos definidos no CPC 36 (R3), adotando-se as seguintes principais políticas:

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a OT S.A. detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento com a entidade e tem capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas, a partir da data em que o controle é transferido à Companhia e interrompido quando esta deixa de ter o controle.

As políticas contábeis das controladas estão alinhadas às políticas adotadas pela Controladora.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora os resultados das controladas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da OT S.A. no capital social da controlada. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

(b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais. O Real é a moeda funcional e de apresentação. As demonstrações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, e não vinculados a outras transações, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor para atender aos compromissos de curto prazo.

(d) Ativos e passivos financeiros

(i) Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado);
- Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem:

- Títulos patrimoniais que não são mantidos para negociação no reconhecimento inicial e que a Companhia decidiu reconhecer nessa categoria. Esses investimentos são estratégicos e a Companhia considera essa classificação como sendo mais relevante.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem:

- Aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários e contas a receber de clientes.

A Companhia classifica como custo amortizado os passivos financeiros, que incluem os arrendamentos contratados.

Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

(ii) Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

(iii) Estimativa do valor justo

A mensuração do valor justo de um ativo ou passivo financeiro possui diferentes níveis de hierarquia, de acordo com o método de avaliação. São eles:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: O valor justo dos ativos e passivos que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo de um ativo ou passivo puderem ser observadas no mercado, ele estará incluído no Nível 2;
- Nível 3: Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, como por exemplo, investimentos em ações ou dívidas não cotadas, o ativo ou passivo estará incluído no Nível 3.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia dispõe apenas de ativos financeiros avaliados a valor justo por meio de resultado e por meio de outros resultados abrangentes para estimativa do valor justo, conforme descrito na Nota 6.b (i) e (ii).

(iv) Impairment

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis

(v) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

(e) Contas a receber e mensuração das perdas de crédito esperadas

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, baseadas em contratos que estabelecem claramente os valores a serem faturados por natureza de serviço prestado.

As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo de originação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, deduzido por provisão para perdas de crédito esperadas, quando aplicável.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos, de acordo com o contrato, e aqueles que a Companhia espera receber).

Em cada data de balanço, a Administração avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, é adotada a política de baixar o valor contábil bruto quando a Administração considera que não há mais expectativa razoável de recuperação. A Administração não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado, entretanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos visando a recuperação dos valores devidos.

(f) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

(g) Ativo intangível - Custo de desenvolvimento

O ativo intangível resultante de gastos com desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento) de um projeto interno controlado pela Companhia, é reconhecido se, e somente se, é esperado que irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros, bem como atende as seguintes condições:

- Há habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento;
- Há disponibilidade dos recursos necessários para completar o desenvolvimento do ativo intangível;
- Há viabilidade técnica e intenção de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda;
- Há habilidade de usar ou vender o ativo intangível.

Uma vez concluído o projeto, tais gastos são amortizados pelo prazo esperado que gere benefícios econômicos, e testados periodicamente para impairment.

(h) Tributos

As receitas de serviços do Grupo estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquotas
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%

No caso da OT DTVM a alíquota da COFINS aplicável é de 4% sobre suas receitas, assim como esta alíquota é também aplicada sobre as receitas financeiras da OT S.A.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social são apurados, individualmente por cada entidade, em duas opções, conforme abaixo:

Na opção pelo regime fiscal de "lucro presumido"

A base de cálculo dos tributos é calculada sobre 32% da Receita Bruta de prestação de serviços, adicionada das demais receitas tributáveis, sendo estes apurados e pagos trimestralmente, com base nas alíquotas de 15% e 9% respectivamente, com adicional de 10% para o Imposto de Renda, após redução de R\$ 240 da base de cálculo.

Na opção pelo regime fiscal de "lucro real"

A base de cálculo é o lucro anual tributável sobre o qual é aplicada, para fins de imposto de renda, a alíquota de 15% e, quando aplicável, acrescida de adicional específico de 10% sobre o lucro tributável que ultrapassar R\$ 240. Para fins da contribuição social (CSLL), na OT DTVM foi aplicada a alíquota de 15% (16% entre agosto e dezembro de 2022) sobre o lucro antes do imposto de renda, e na OT S.A a alíquota é de 9%.

Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

Os créditos e obrigações tributários diferidos, decorrentes das diferenças temporárias, foram apurados e registrados, levando em consideração as alíquotas de Imposto de Renda e da Contribuição Social vigentes e as expectativas de realização de acordo com as operações que os produziram e reconhecidos apenas quando todos os requisitos para sua constituição, foram atendidos.

- (i) Ativos e passivos contingentes, provisão para riscos e obrigações legais (fiscais e previdenciárias)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos, provisão para riscos e das obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, conforme segue:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

- Provisão para riscos: é reconhecida nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos: são divulgados, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação. Os montantes registrados são atualizados de acordo com a legislação vigente;
- Obrigações fiscais correntes (fiscais e previdenciárias): referem-se a demandas judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições.

(j) Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função do serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. As participações nos lucros a empregados são provisionadas em bases mensais pela Companhia, de acordo com a estimativa de cumprimento de metas.

(ii) Benefícios de longo prazo

O passivo é reconhecido, em contrapartida a despesa de pessoal, pelo montante do pagamento esperado caso se tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função do serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. O passivo é remensurado, frequentemente, a valor justo de forma que o valor reconhecido cumpre com as condições do programa (ver Nota nº 15 (iii)).

(k) Capital social

O capital da Companhia é composto por ações ordinárias e preferenciais, as quais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

Resultado por ação - básico e diluído

O resultado básico por ação é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da OT S.A., considerando a média ponderada da quantidade de ações no respectivo exercício.

O resultado por ação diluído é calculado dividindo-se o lucro líquido pela média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição.

(l) Reconhecimento da receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao cliente e outras deduções similares.

A Companhia presta serviços de administração de fundos de investimento; serviços qualificados (compostos por serviços de escrituração, custódia, controladoria e contabilidade) e serviços fiduciários.

As receitas são reconhecidas mensalmente, considerando a efetiva prestação do serviço contratado, ao longo dos prazos contratuais.

Em geral o recebimento pela prestação de serviços ocorre em até 15 dias do mês subsequente ao da referida prestação. Para alguns serviços, pode haver o faturamento e recebimento antecipado do preço contratado, sendo tais recursos registrados como "Receitas antecipadas" e apropriados ao resultado, uma vez cumpridas as obrigações de desempenho pela Companhia.

(m) Segmentos operacionais

Os segmentos operacionais são apresentados de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões da OT S.A., conforme decisão do Conselho de Administração, que é o órgão responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais.

(n) Estimativas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia e suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e que possuem maior complexidade, bem como as áreas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 31: mensuração da provisão para contingências;
- Nota Explicativa nº 4 (d) e 6: mensuração do valor justo dos ativos financeiros (títulos e valores mobiliários);
- Nota Explicativa nº 4 (e): mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber;
- Nota Explicativa no. 4. (j). (ii): mensuração da provisão para benefício de longo prazo.

(o) Novos IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de interpretação de informação financeira do IASB)

As emissões/alterações de normas IFRS efetuadas pelo IASB que foram efetivadas para o exercício iniciado em 2023 não tiveram impactos significativos nas Demonstrações financeiras da Companhia.

Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2024 ou após:

- Alteração da norma IFRS 16: Passivos de arrendamento em uma venda e arrendamento de retorno;
- Alteração da norma IAS 1: Passivo Não Circulante com "Covenants";
- Alteração da norma IAS 7 e IFRS 7: Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Alteração da norma IAS 21: Ausência de Conversibilidade.

Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras controladora e consolidado

Exercício findos em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidades	-	1	1.026	267
Aplicações interfinanceiras de liquidez:	4.104	5.777	129.140	102.005
Operações compromissadas - LTN (a)	-	-	99.487	70.515
Aplicação em Fundo Corp Federal Plus RF CP FICFI (b)	4.104	5.777	29.653	31.490
Outros	6	1	32	3
Aplicações automáticas em CDB	6	-	32	3
Numerários em trânsito (D+1)	-	1	-	-
Total	4.110	5.779	130.198	102.275

- (a) Estão representadas por operações compromissadas lastreadas por Letras do Tesouro Nacional, com o resgate/revenda, com vencimento no dia útil seguinte;
- (b) O fundo CORP Federal Plus Renda Fixa Curto Prazo, Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento busca acompanhar o CDI por meio de uma carteira de curto prazo com alocação em operações compromissadas. A Administração utiliza o valor da cota divulgado pelo administrador do fundo para avaliação deste investimento.

6. Ativos financeiros (Consolidado)

Os instrumentos financeiros estão a seguir demonstrados:

(a) Aplicações interfinanceiras de liquidez:

Descrição	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022*
Operações Compromissadas (a)	77.568	67.361
Total	77.568	67.361

- (*) O saldo em 31 de dezembro de 2022 contém operações anteriormente apresentadas na linha de Aplicações interfinanceiras de liquidez, no grupo de Caixas e equivalentes de caixa, as quais foram reclassificadas para melhor avaliação comparativa e aderência à política da Companhia.
- (a) Referem-se aos saldos mantidos em operações compromissadas com lastro em títulos públicos, decorrentes dos recursos em moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento pré-pagas, os quais estão classificados no passivo circulante na rubrica "depósitos" e que se constituem em patrimônio separado e que não se confundem com o da Companhia. Tais valores são, normalmente, liquidados financeiramente em até 10 dias.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras controladora e consolidado
Exercício findos em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

(b) Títulos e Valores Mobiliários

(i) Avaliados pelo valor justo por meio de resultado:

Descrição	Nível de hierarquia	Consolidado			
		31/12/2023		31/12/2022	
		Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Fundo OT Soberano (a)	Nível 2	185	185	221	221
Total		185	185	221	221

(a) A carteira do fundo OT Soberano é composta, substancialmente, por LFT e operações compromissadas, com lastro em títulos públicos. As cotas do fundo não têm prazo de carência para resgate.

(ii) Avaliados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Descrição	Nível de hierarquia	Consolidado			
		31/12/2023		31/12/2022	
		Valor justo	Custo aquisição	Valor justo	Custo aquisição
Ações de companhia fechada (a)	Nível 3	11.701	10.000	10.455	10.000
Total		11.701	10.000	10.455	10.000
Total Geral (i + ii)		11.886	10.185	10.676	10.221

(a) Corresponde a ações preferenciais Classe A, nominativas e sem valor nominal, representando 8,2% do capital social total da Liqi Digital Assets S.A. A companhia optou por esta classificação uma vez que o investimento foi realizado visando objetivos estratégicos de negócios da OT, não havendo previsão de realização financeira em curto ou médio prazos.

As ações estão avaliadas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, tomando como base o valor da transação ocorrida na última rodada de investimento, ocorrida em setembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2023 o ajuste ao valor justo acumulado, líquido dos efeitos tributários está reconhecido no patrimônio líquido.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras controladora e consolidado

Exercício findos em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

7. Contas a receber (Consolidado)

Refere-se as contas a receber com expectativa de recebimento no curto prazo, líquido da provisão para perdas de créditos esperadas:

(i) Saldo por natureza

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Serviços prestados a receber, dos quais:	23.364	18.463
A vencer	12.341	9.006
Vencidos até 30 dias	3.518	2.886
Vencidos de 31 a 60 dias	982	1.008
Vencidos de 61 a 90 dias	695	410
Vencidos de 91 a 180 dias	1.586	1.645
Vencidos de 181 a 360 dias	1.390	960
Vencidos acima de 361 dias	2.852	2.548
(-) Provisão para perdas de créditos esperadas	<u>(6.714)</u>	<u>(4.160)</u>
Total	<u>16.650</u>	<u>14.303</u>

(ii) Movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas, associada ao contas a receber por serviços prestados

Em conformidade com a política descrita na Nota Explicativa nº 4.(e), a provisão é constituída com base em perdas esperadas de créditos a receber por serviços prestados, como também na análise de risco individual das contas a receber, sendo o seu montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas ao valor de recuperação de contas a receber de clientes.

A metodologia consiste em atribuir aos títulos que compõem as contas a receber um rating, determinado pelos dias em atraso do título vencido, o qual, em conjunto com a análise individual, define o percentual do valor contábil que será provisionado. Para contas a receber de um mesmo devedor a provisão é mensurada sobre todo o fluxo de caixa esperado desse devedor, levando em consideração a classificação que representa o maior risco, a natureza da transação e as características das operações:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldos iniciais	(4.160)	(7.889)
Constituição	(2.861)	(3.335)
Reversão	307	7.064
Saldos finais	<u>(6.714)</u>	<u>(4.160)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras controladora e consolidado

Exercício findos em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

(iii) Perdas de créditos não recuperados

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, houve baixa como perdas efetivas para os valores considerados incobráveis, no montante de R\$ 2.111 (R\$ 2.551 em 2022).

8. Outros créditos

(i) Composição do saldo por natureza:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
PIS, COFINS, IR E CSLL a compensar	137	110	16.213	12.174
Depósitos judiciais (*)	-	-	774	125
Outros créditos (**)	-	-	704	4.828
Despesas antecipadas (***)	41	41	1.154	747
Outros impostos a recuperar	124	-	482	-
Total	302	151	19.327	17.874

(*) Depósitos judiciais, realizados em face de processos judiciais impetrados pela Companhia visando o afastamento da cobrança de certas contribuições federais, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 31. Os valores das contribuições encontram-se integralmente provisionados na Rubrica "Outras contas a pagar", apresentada na Nota Explicativa nº 19;

(**) Em 2022, referia-se substancialmente a saldo vinculado judicialmente, como garantia a processo de falência de cliente, na qualidade de agente fiduciário dos títulos por este emitidos. No primeiro semestre de 2023 parte desses recursos foram recuperados, sendo registrada perda de R\$2.274, apresentada na rubrica "Outras receitas/(despesas) operacionais";

(***) Refere-se a taxas e contribuições pré-pagas que são apropriadas de acordo com a sua utilização e competência.

OLIVEIRA TRUST S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras controladora e consolidado
Exercício findos em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

9. Investimentos em controladas (controladora)

(i) Informações financeiras das investidas

Descrição	31/12/2023				31/12/2022			
	Servicer	Holding Trust	MCFL (*)	Total	Servicer	Holding Trust	MCFL (*)	Total
Ativo	36.853	48	68.802	105.703	32.819	71	188.451	221.341
Capital social	1.000	70	28.717	29.787	1.000	10	28.717	29.727
Reservas de lucros	200	-	39.063	39.263	200	24	1.550	1.774
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	1.020	1.020	-	-	273	273
Patrimônio líquido	1.200	48	68.801	70.049	1.200	28	58.073	59.301
Lucro líquido (prejuízo)	28.094	(40)	56.737	84.791	36.950	51	46.667	83.668
Dividendos distribuídos (**)	28.094	-	46.756	74.850	36.950	6	36.313	73.269

(*) Informações financeiras consolidadas com a controlada OT DTVM;

(**) Inclui na MCFL dividendos complementares distribuídos, oriundos do lucro líquido retido em exercício anterior.

(ii) Movimentação da conta de dividendos a receber (controladora):

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldos iniciais	19.793	17.917
Dividendos declarados	74.850	73.269
Dividendos recebidos	(79.833)	(71.393)
Saldos finais	14.810	19.793

OLIVEIRA TRUST S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras controladora e consolidado
 Exercício findos em 31 de dezembro de 2023
 (Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

(iii) Movimentação dos investimentos (controladora)

	31/12/2023				31/12/2022			
	OT Servicer	Holding	MCFL	Total	OT Servicer	Holding	MCFL	Total
Saldos iniciais	1.200	28	58.073	59.301	1.200	-	47.446	48.646
Aumento de capital em espécie	-	60	-	60	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	28.094	(40)	56.737	84.791	36.950	34	46.667	83.651
Dividendos distribuídos	(28.094)	-	(46.756)	(74.850)	(36.950)	(6)	(36.313)	(73.269)
Ajuste AVJ, líquido de efeito tributário	-	-	747	747	-	-	273	273
Saldos finais	1.200	48	68.801	70.049	1.200	28	58.073	59.301

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras controladora e consolidado

Exercício findos em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

10. Direitos de uso (consolidado)

Trata-se do valor contábil, referente a leasing operacional de equipamentos de informática e ao direito de uso dos imóveis, onde funcionam a sede e a filial da Companhia.

Os imóveis são de uso exclusivo do locatário, conforme estabelecido nos contratos de aluguel (classificados como contratos de arrendamento).

A movimentação dos direitos de uso está a seguir demonstrada:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldos iniciais	7.014	8.269
Novos contratos (*)	9.987	1.166
Baixa de contratos	(5.012)	-
Depreciação	(2.905)	(2.421)
Saldos finais	9.084	7.014

(*) Em 2023, inclui a locação de um novo imóvel e a renegociação contratual de outro, na qual foram alterados o valor das parcelas e prazo. A baixa reflete o término do contrato nas condições anteriores à renegociação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras controladora e consolidado
Exercício findos em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

11. Imobilizado (consolidado)

Composição	Taxa de depreciação a. a.	31/12/2023			31/12/2022		
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Imobilizado em operação							
Instalações	10%	167	(126)	41	167	(109)	58
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.092	(814)	1.278	1.174	(712)	462
Sistema de comunicação	10%	247	(159)	88	262	(153)	109
Sistema de processamento de dados	20%	3.399	(1.711)	1.688	3.126	(1.357)	1.769
Sistema de segurança	20%	151	(29)	122	39	(22)	17
Outros	De 17% a 25%	2.713	(516)	2.197	642	(346)	296
Total		8.769	(3.355)	5.414	5.410	(2.699)	2.711

Movimentação	Instalações	Móveis e equipamentos de uso	Sistema de comunicação	Sistema de processamento de dados	Sistema de segurança	Outros (Benfeitorias em imóveis de terceiros)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	75	352	125	726	1	358	1.637
Aquisições	-	176	4	1.381	18	39	1.618
Depreciação	(17)	(66)	(20)	(338)	(2)	(101)	(544)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	58	462	109	1.769	17	296	2.711
Aquisições	-	944	-	402	112	2.178	3.636
Baixas	-	(12)	(1)	-	-	(17)	(30)
Depreciação	(17)	(116)	(20)	(483)	(7)	(260)	(903)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	41	1.278	88	1.688	122	2.197	5.414

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras controladora e consolidado
 Exercício findos em 31 de dezembro de 2023
 (Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

12. Intangível (consolidado)

Composição	Taxa de amortização a.a.	31/12/2023			31/12/2022		
		Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido
Imobilizado em operação							
Softwares e licenças de uso	20%	469	(460)	9	469	(443)	26
Gastos com desenvolvimento de projetos (*)	-	1.762	-	1.762	-	-	-
Total		2.231	(460)	1.771	469	(443)	26

(*) Trata-se de gastos incorridos com colaboradores exclusivamente dedicados ao desenvolvimento de software próprio para execução dos serviços de Infraestrutura do Mercado Financeiro (IMFs), conforme estabelecidos na Circular 304/2023 do BACEN e suas posteriores alterações.

Movimentação	Softwares e licenças de uso	Gastos com desenvolvimento de projetos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	49	-	49
Amortização	(23)	-	(23)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	26	-	26
Aquisição	-	1.762	1.762
Amortização	(17)	-	(17)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	9	1.762	1.771

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras controladora e consolidado

Exercício findos em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

13. Impairment

A Administração realiza, anualmente, análise com objetivo de verificar evidências que possam indicar uma redução no valor recuperável dos seus ativos não financeiros. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não foram identificados fatores que pudessem indicar uma redução no valor recuperável dos ativos.

14. Obrigações fiscais e previdenciárias

Referem-se a obrigações de impostos e contribuições a pagar:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ e CSLL a pagar sobre o lucro tributável	-	-	46.088	34.796
Impostos s/ faturamento (ISS/PIS/COFINS)	2	3	2.505	2.480
Impostos e contribuições retidos s/ salários	109	103	3.103	2.714
Impostos a recolher sobre serviços de terceiros	1	1	172	355
Outros	-	-	680	182
Total	112	107	52.548	40.527

15. Obrigações trabalhistas (consolidado)

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para férias e 13º salário	5.427	4.519
Bonificações a diretores (i)	1.900	1.781
Participações nos lucros (ii)	7.886	6.528
Incentivo de longo prazo-ILP (iii)	7.145	451
Outras obrigações	38	31
Total curto prazo	22.396	13.310
Incentivo de longo prazo - ILP (iii)	3.541	574
Total longo prazo	3.541	574

- (i) Refere-se a Plano de Bonificação aprovado pelo Conselho de Administração, o qual é apurado e pago semestralmente, considerando parâmetros de performance da Companhia estabelecidos para um período de quatro anos;
- (ii) Refere-se à provisão de participação nos lucros a pagar aos colaboradores da OT S.A., calculada respeitando os planos de cada controlada, devidamente homologados nos sindicatos competentes;
- (iii) A Companhia possui um plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) aprovado pelos acionistas e Conselho de Administração, calculado com base na valorização das ações, para os executivos e empregados, selecionados a critério do Conselho de Administração da Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras controladora e consolidado

Exercício findos em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

Este plano não tem natureza de um plano de opção de compra de ações nos termos do artigo 168, §3º da Lei das Sociedades por Ações. Portanto, não haverá entrega de ações da Companhia e/ou compensação financeira por compra e venda de ações ("Phantom Options"). As Phantom Options não conferem ao titular a condição de acionista da Companhia bem como não dão direito a voto e a dividendos.

Para fins de provisionamento do valor justo do prêmio a ser pago aos beneficiários dos programas, foi utilizada metodologia para estimativa de valor futuro da ação, baseada em multiplicador do lucro, conforme definido nos programas, sendo o montante reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo, conforme o tempo decorrido entre a data da outorga e seu vencimento.

Abaixo são listados os contratos em vigor em 31 de dezembro de 2023:

Séries de opções	Quantidade	Preço de Exercício	Data de Validade
2022-A	3.089.655	3,02	31/08/2025
2022-B	542.352	3,59	31/08/2026
2022-C	1.401.556	3,59	31/08/2026
2023-A	1.706.665	4,51	31/08/2027
2023-B	1.721.241	4,51	31/08/2027

Em 2023 ocorreu o primeiro Vesting dos programas, sendo parcialmente exercido pelos seus beneficiários em julho de 2023, no montante de R\$ 682. Em adição foram canceladas durante o exercício opções no montante de R\$ 81.

Movimentações nas *Phanton Option* durante o exercício:

	2022-A	2022-B	2022-C
	Quantidade	Quantidade	Quantidade
Saldo em 31/12/2022	3.432.950	542.352	1.550.148
Exercício	(343.295)	-	(38.196)
Canceladas	-	-	(110.396)
Saldo em 31/12/2023	<u>3.089.655</u>	<u>542.352</u>	<u>1.401.556</u>
	2023-A	2023-B	
	Quantidade	Quantidade	
Saldo em 31/12/2022	-	-	
Outorgas	1.706.665	1.721.241	
Saldo em 31/12/2023	<u>1.706.665</u>	<u>1.721.241</u>	

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras controladora e consolidado

Exercício findos em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

16. Dividendos a pagar

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldos iniciais	-	-	-	-
Dividendos declarados no exercício	77.533	61.999	77.533	61.999
Dividendos pagos	(77.533)	(61.999)	(77.533)	(61.999)
Saldos finais	-	-	-	-

17. Arrendamentos a pagar (consolidado)

Em conformidade com o IFRS 16, o passivo de arrendamento é reconhecido pelo valor presente dos seus fluxos de pagamento à taxa incremental de desconto, em contrapartida ao ativo de direito de uso (Nota Explicativa nº 10). O prazo médio estimado de vencimento dos contratos considerados para o cálculo da obrigação é de 3 anos.

A movimentação nos exercícios pode ser assim demonstrada:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldos iniciais	7.576	8.532
Novos contratos (*)	9.987	1.166
Baixa de contratos (*)	(5.012)	-
Ganho renegociação de contratos	(439)	-
Juros apropriados	1.531	730
Pagamentos apropriados	(2.607)	(2.852)
Saldos finais	11.036	7.576
Circulante	2.522	2.336
Não circulante	8.514	5.240

(*) Ver Nota Explicativa nº 10.

18. Receitas antecipadas (consolidado)

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Decorrentes de obrigações de performance a cumprir (i)		
Saldo no início do exercício	8.089	-
Recebimento de receitas antecipadas	49.625	9.203
Apropriação de receitas antecipadas	(34.195)	(1.114)
Saldo no final do exercício	23.519	8.089
Circulante	23.519	7.291
Não circulante	-	798

(i) Refere-se, substancialmente, a contratos do segmento de Serviços Fiduciários descrito na Nota Explicativa nº 28, faturados antecipadamente e cuja receita será reconhecida até o término da prestação do serviço, conforme sua efetiva prestação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras controladora e consolidado

Exercício findos em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

19. Outras contas a pagar (consolidado)

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento de clientes (a)	-	-	1.793	2.352
Fornecedores a pagar	21	7	1.787	2.077
Credores liquidação pendente	-	-	385	50
Provisão de despesas	2	2	1.250	405
Contingências Judiciais - Recursos Fiscais (b)	-	-	854	-
Outras contas a pagar	-	-	-	85
Total	23	9	6.069	4.969

- (a) Corresponde a recursos de fundos de investimento encerrados, transferidos às entidades administradoras, para que estas possam fazer os pagamentos das obrigações assumidas pelos respectivos fundos a serem liquidadas após encerramento destes;
- (b) Ver nota 8 e 31 (v) e (vi).

20. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o capital social subscrito e integralizado da Companhia totaliza R\$ 30.999, representado por 341.150.000 ações sem valor nominal, sendo 172.280.750 ações ordinárias e 168.869.250 ações preferenciais sem direito a voto, mas que possuem prioridade na distribuição de dividendos e no reembolso do capital social, sem prêmio.

b. Destinação do lucro líquido e reservas de lucros

(i) Dividendos

O Estatuto Social determina que após a constituição da reserva legal, a distribuição de dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido.

As ações preferenciais farão jus a dividendo anual mínimo de R\$ 0,01 (um centavo) por ação.

Em 03 de agosto de 2022, os acionistas em AGE deliberaram por aprovar a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 33.632, sobre o lucro líquido apurado no primeiro semestre de 2022.

Em 02 de março de 2023, por ocasião da aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram também aprovadas em AGO a distribuição de dividendos complementares propostos pelo Conselho de Administração de R\$ 43.436 e a destinação de R\$ 2.980 para a reserva legal.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras controladora e consolidado

Exercício findos em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

Em 08 de agosto de 2023, os acionistas em AGE deliberaram por aprovar a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 34.097, sobre o lucro líquido apurado no primeiro semestre de 2023.

(ii) Reservas de lucros

- Reserva legal: do lucro líquido auferido em cada exercício, 5% são destinados à formação da Reserva legal, até que o saldo desta reserva atinja o limite de 20% do capital social, conforme estabelecido na Lei societária;
- Reserva para Manutenção de capital de giro e/ou margem operacional: poderá ser constituída após constituição da Reserva legal, com a finalidade de atender às necessidades regulatórias e/ou de negócios e investimentos da Companhia e de suas controladas. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo desta reserva é de R\$ 4.000.
- Reserva para dividendos complementares: constituída pela parcela dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração em excesso aos dividendos mínimos estatutários, por ocasião do encerramento do exercício social. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo desta reserva é de R\$ 46.917.

(iii) Lucro por ação

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizados no cálculo do lucro por ação, básico e diluído, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

Lucro por ação - básico:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro disponível para os detentores das ações	81.014	80.046
Total do lucro disponível para os detentores de ações		
Ordinárias	40.912	40.423
Preferenciais	40.102	39.623
Média ponderada das ações em circulação		
Ordinárias	172.280.750	172.280.750
Preferenciais	168.869.250	168.869.250
Lucro por ação - básico (R\$)		
Ordinárias	0,2374721	0,2346368
Preferenciais	0,2374721	0,2346368

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras controladora e consolidado

Exercício findos em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

Lucro por ação - diluído:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro disponível para os detentores de ações preferenciais	40.102	39.623
Dividendos sobre as ações preferenciais após efeitos da diluição	-	-
Lucro disponível para os detentores de ações preferenciais, após o efeito da diluição	40.102	39.623
Lucro disponível para os detentores de ações ordinárias	40.912	40.423
Dividendos sobre as ações preferenciais após efeitos da diluição	-	-
Lucro disponível para os detentores de ações ordinárias, após o efeito da diluição	40.912	40.423
Média ponderada ajustada de ações		
Ordinárias	172.280.750	172.280.750
Preferenciais	168.869.250	168.869.250
Lucro por ação diluído (R\$)		
Ordinárias	0,2374721	0,2346368
Preferenciais	0,2374721	0,2346368

21. Receita líquida de prestação de serviços (consolidado)

	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta da prestação de serviços	274.660	241.693
(-) Descontos concedidos	(336)	(67)
(-) Impostos sobre o faturamento	(25.395)	(21.627)
Receita líquida da prestação de serviços	248.929	219.999

22. Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Despesas administrativas				
Água, energia e gás	-	-	(434)	(406)
Condomínio	-	-	(1.351)	(1.010)
Comunicações	-	-	(708)	(758)
Manutenção	-	-	(301)	(204)
Material	-	-	(350)	(253)
Processamento de dados	(196)	(76)	(24.347)	(20.636)
Promoções e relações públicas	-	-	(2.098)	(1.393)
Propaganda e publicidade	-	-	(286)	(152)
Publicações	-	(42)	(63)	(143)
Seguros	(278)	(206)	(356)	(297)
Custódia	(65)	(70)	(720)	(734)
Serviços de terceiros	(1)	-	(2.746)	(3.157)
Serviços técnicos	(324)	(419)	(4.827)	(6.364)
Transporte	(1)	-	(92)	(80)
Taxas regulatórias	(20)	(32)	(3.217)	(1.939)
Viagens	-	-	(635)	(453)
Cartório	(10)	(4)	(131)	(94)
Depreciação	-	-	(3.825)	(2.988)
Outras despesas	-	(4)	(452)	(287)
Total	(895)	(853)	(46.939)	(41.348)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras controladora e consolidado

Exercício findos em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

23. Resultado financeiro

As receitas financeiras decorrem, substancialmente, de aplicações compromissadas em CDB, cotas de fundos de investimentos, conforme Notas Explicativas nºs 5 e 6 e as despesas financeiras são compostas de tarifas bancárias e impostos sobre operações financeiras ("IOF") e juros sobre os arrendamentos.

24. Imposto de Renda e Contribuição Social (Consolidado)

a. A seguir, é apresentado o demonstrativo do Imposto de Renda e da Contribuição Social, apurado sob dois regimes de tributação (lucro presumido e lucro real), conforme aplicável:

Entidades tributadas pelo lucro presumido	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta da prestação de serviços	71.471	68.119
(-) Descontos incondicionais	(142)	(67)
Rendimento de aplicações financeiras	2.711	4.454
Receita bruta	<u>74.040</u>	<u>72.506</u>
Base de cálculo - Contribuição Social e IRPJ	25.536	26.231
15% Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ)	(3.830)	(3.935)
9% Contribuição Social s/ lucro líquido (CSLL)	(2.298)	(2.361)
Base de cálculo para adicional do IRPJ	<u>25.536</u>	<u>26.231</u>
10% adicional de IRPJ	(2.527)	(2.590)
IRPJ e CSLL s/ reconhecimento de receita antecipada	(93)	(93)
(=) Despesa líquida do Imposto de Renda e da Contribuição Social (a)	<u>(8.748)</u>	<u>(8.979)</u>
Entidades tributadas pelo lucro real	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes da tributação	93.166	77.454
Adições e (exclusões)	21.722	6.257
Base de cálculo - Contribuição Social e IRPJ	<u>114.888</u>	<u>83.711</u>
Alíquota nominativa	40%	40% e 41%
(=) Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes	<u>(45.944)</u>	<u>(33.867)</u>
(+) impostos diferidos	7.837	2.006
(-) Deduções fiscais	2.004	1.316
(=) Despesa líquida de Imposto de Renda e da Contribuição Social (b)	<u>(36.103)</u>	<u>(30.545)</u>
Despesas líquida total do Imposto de Renda e da Contribuição Social consolidadas (a + b)	<u>(44.851)</u>	<u>(39.524)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras controladora e consolidado

Exercício findos em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

- b. A movimentação do saldo de créditos tributários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 pode ser assim demonstrada

	Saldo inicial	Adições/ exclusões	Saldo final
Provisão para perdas de crédito esperadas	856	462	1.318
Arrendamento financeiro	177	121	298
Provisão de benefícios ILP	104	1.149	1.253
Provisão de despesas temporariamente indedutíveis	1.079	399	1.478
Receitas antecipadas	2.038	5.706	7.744
Total do exercício de 2023	<u>4.254</u>	<u>7.837</u>	<u>12.091</u>
Total do exercício 2022	<u>2.248</u>	<u>2.006</u>	<u>4.254</u>

25. Remuneração dos administradores (Consolidado)

A remuneração dos administradores, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, é composta de despesas com pró-labores, bonificação e encargos sociais, totalizando R\$ 17.303 (2022 - R\$ 18.027), as quais são contabilizadas como despesa de pessoal. Adicionalmente, os administradores fazem jus ao Incentivo de Longo Prazo denominado *Phantom Option*, (ver Nota Explicativa nº 15), cujo valor justo apurado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 7.315 (R\$ 736 em 2022).

26. Gestão de riscos e instrumentos financeiros (Consolidado)

Gestão de Risco Financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de mercado (moeda e taxa de juros); (b) risco de crédito; e (c) risco de liquidez.

Os serviços vendidos pela Companhia são denominados em Reais.

O processo de gestão de riscos de mercado tem por objetivo a proteção do fluxo de caixa da Companhia contra eventos adversos de mercado tais como oscilações de taxas de câmbio, preços de commodities e taxas de juros.

(i) Risco de mercado

A Companhia possui aplicações financeiras atreladas às taxas de mercado e, portanto, sensíveis às mudanças da mesma no mercado, conforme Notas Explicativas nºs 5 e 6.

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas pela Companhia. Estas perdas podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação de taxas de juros, paridades cambiais, preços de ações e de commodities, entre outros.

Tendo em vista a natureza e curto prazo das aplicações financeiras da Companhia, o risco de mercado é considerado muito reduzido pela administração.

(ii) Risco de crédito

A Companhia possui substancialmente aplicações financeiras de liquidez imediata tendo como contraparte instituições financeiras de primeira linha, por consequência minimizando o risco, conforme Notas Explicativas nº 5 e 6.

No caso do risco de crédito decorrente de exposições de crédito a clientes da Companhia, é avaliada a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores e, também, o saldo de contas a receber em aberto por prestação de serviços aos seus clientes, os quais são diariamente monitorados. A Companhia reconhece provisão para deterioração do saldo a receber de clientes, tomando como base o tempo decorrido do vencimento do ativo financeiro e a expectativa de fluxo de caixa recuperável do mesmo (Nota Explicativa nº 7).

(iii) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado de acordo com a política de gestão de liquidez e endividamento, visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia no prazo e sem custo adicional, bem como o pagamento de dividendos de seus acionistas.

O principal instrumento de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras controladora e consolidado

Exercício findos em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

Projeção do fluxo de caixa sobre as obrigações a pagar em 31 de dezembro de 2023:

	Até um ano	Acima de um e até cinco anos	Total
Depósitos	75.760	-	75.760
Obrigações fiscais e previdenciárias	52.548	-	52.548
Obrigações trabalhistas	25.937	-	25.937
Arrendamento a pagar	3.864	10.258	14.122
Outras contas a pagar	6.069	-	6.069

Projeção do fluxo de caixa sobre as obrigações a pagar em 31 de dezembro de 2022:

	Até um ano	Acima de um e até cinco anos	Total
Depósitos	66.567	-	66.567
Obrigações fiscais e previdenciárias	40.527	-	40.527
Obrigações trabalhistas	12.859	-	12.859
Arrendamento a pagar	2.886	5.835	8.721
Outras contas a pagar	4.969	-	4.969

(iv) Risco cambial

A Companhia está exposta a risco cambial não significativo, pois atua apenas no Brasil e suas transações, receitas e quase a totalidade das despesas ocorrem em Reais.

(v) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia incorrer em ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca aplicar seus recursos disponíveis em operações com taxas prefixadas, substancialmente de curtíssimo prazo.

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras são afetados pelas variações nas taxas de juros, entretanto, considerando o prazo das mesmas, o risco é considerado muito reduzido.

Análise de sensibilidade

A Companhia utiliza o cálculo do Value at Risk - VaR paramétrico para a gestão de risco de mercado dos seus instrumentos financeiros. O VaR estima a maior perda esperada em condições normais de mercado, considerando um horizonte de tempo e um intervalo de confiança. Para o cálculo utilizamos como parâmetros um intervalo de confiança de 95%, um horizonte de 1 dia e, para o cálculo das volatilidades, a metodologia EWMA (Exponentially Weighted Moving Average), com fator de decaimento exponencial (λ) de 0,94.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras controladora e consolidado

Exercício findos em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

A seguir quadro com os valores calculados para a data das demonstrações financeiras consolidadas:

Data	VaR
31/12/2022	0,004986%
31/12/2023	0,000591%

27. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia não operou ou possui operações próprias com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

28. Informações por segmento

A Administração definiu três segmentos operacionais com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas pela Diretoria, sujeitos à divulgação de informações. As políticas contábeis desses segmentos operacionais são tratadas de forma uniforme para a Companhia e suas controladas.

- (1) Administração fiduciária (“Fundos”): compreende as atividades relacionadas, direta ou indiretamente, ao funcionamento e manutenção do fundo, como a supervisão diligente de seus prestadores de serviço, a preservação do melhor interesse dos seus investidores e a assecuração da estrita observância de todas as regras e procedimentos estabelecidos nos respectivos regulamentos e demais contratos da operação. Adicionalmente, cabe ao Administrador Fiduciário conferir personalidade jurídica aos fundos sob sua administração, sendo o responsável legal e tributário destes.
- (2) Serviços qualificados (“SQ”): são segregados em três grupos, voltados para prestação de serviços:
 - (a) Escrituração: os serviços contemplam o registro eletrônico dos títulos emitidos, tratamento tributário, liquidação dos pagamentos, conciliação dos ativos com o depositário central (B3), envio de relatórios aos clientes e reporte periódico aos órgãos reguladores;
 - (b) Custódia: o serviço compreende a guarda, registro e liquidação física e financeira de ativos, assim como o controle de eventos associados a esses ativos junto às centrais depositárias. Abrange, ainda, a verificação de lastro e guarda de documentação comprobatória nos FIDCs;

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras controladora e consolidado

Exercício findos em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

(c) Controladoria: o serviço consiste no apuração de ativos, provisionamento de taxas e despesas, apuração do valor de cota e o registro de todos os lançamentos contábeis das operações realizadas pelos fundos, em estrita observância à legislação e regulamentação vigentes. Compreende, ainda, o atendimento à auditoria e a elaboração e envio de relatórios legais e contábeis, além de informações gerenciais para os clientes.

(3) Serviços fiduciários: os serviços compreendem o controle de obrigações contratuais e atuação na preservação dos direitos dos investidores, notadamente em operações estruturadas. Na esteira da evolução do serviço de Agente Fiduciário, foi incluída no rol de atividades a prestação de serviços fiduciários em emissões privadas, tendo como escopo principal o monitoramento de garantias e obrigações assumidas pelos emissores, zelando pelos direitos e interesses dos credores.

Participação no resultado por segmentos - 2023

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o segmento de serviços fiduciários responde por aproximadamente 36,19% (R\$ 90.089) do total da receita líquida da Companhia, seguido por serviços qualificados com 35,04% (R\$ 87.216) e administração de fundos com 28,77% (R\$ 71.624). Desta forma, é apresentada abaixo a demonstração do resultado por cada um desses segmentos:

	(1) Administração Fiduciária	(2) Serviços Qualificados	(3) Serviços Fiduciários	Total
Em 31/12/2023				
Receita líquida da prestação de serviços	71.624	87.216	90.089	248.929
Receitas (despesas) operacionais	(56.487)	(62.997)	(36.010)	(155.494)
Despesas de pessoal	(39.837)	(39.494)	(24.313)	(103.644)
Despesas administrativas	(14.246)	(23.258)	(9.435)	(46.939)
Provisão p/outros créditos de liquidação duvidosa	(1.396)	(1.720)	(783)	(3.899)
Outras receitas (despesas) operacionais	148	726	(1.886)	(1.012)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas de impostos	16.293	23.470	53.672	93.435
Receitas/despesas financeiras líquidas	9.199	20.539	2.692	32.430
Imposto de Renda e Contribuição Social	(7.296)	(15.579)	(21.976)	(44.851)
Lucro líquido do exercício	18.196	28.430	34.388	81.014

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras controladora e consolidado

Exercício findos em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

Participação no resultado por segmentos - 2022

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o segmento de serviços qualificados responde por aproximadamente 35,05% (R\$ 77.120) do total da receita líquida da Companhia, seguido por administração de fundos com 32,71% (R\$ 71.971) e serviços fiduciários com 32,24% (R\$ 70.908). Desta forma, é apresentada abaixo a demonstração do resultado por cada um desses segmentos:

	(1) Administração Fiduciária	(2) Serviços Qualificados	(3) Serviços Fiduciários	Total
Em 31/12/2022				
Receita líquida da prestação de serviços	71.971	77.120	70.908	219.999
Receitas (despesas) operacionais	(39.103)	(53.408)	(29.241)	(121.752)
Despesas de pessoal	(30.227)	(31.964)	(19.054)	(81.245)
Despesas administrativas	(10.396)	(23.006)	(7.946)	(41.348)
Provisão p/outros créditos de liquidação duvidosa	1.345	1.147	(2.338)	154
Outras receitas (despesas) operacionais	175	415	97	687
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas de impostos	32.868	23.712	41.667	98.247
Receitas/despesas financeiras líquidas	4.245	14.325	2.753	21.323
Imposto de Renda e Contribuição Social	(12.114)	(12.425)	(14.985)	(39.524)
Lucro líquido do exercício	24.999	25.612	29.435	80.046

29. Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas decorrem do curso normal dos negócios e são efetuadas a valores e taxas usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

A Companhia investe no Fundo de Investimento OT Soberano (Nota Explicativa nº 6), o qual é administrado e gerido por empresas controladas. A remuneração dos administradores está demonstrada na Nota Explicativa nº 25. Em adição, a Companhia contratou os serviços de escrituração de sua subsidiária para controle do livro de registro das suas ações.

OLIVEIRA TRUST S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras controladora e consolidado

Exercício findos em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os saldos em conta corrente das investidas com a OT DTVM S.A estão apresentados como segue:

	Relacionamento	Saldos eliminados na consolidação	
		31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa		1.904	752
Oliveira Trust Servicer S/A	Controlada	1.866	703
Holding Trust S.A.	Controlada	37	49
MCFL Participações S.A.	Controlada	1	-
Outras Despesas Antecipadas OT S.A.	Controladora	20	-
Passivo			
Depósitos			
Oliveira Trust DTVM S.A.	Controlada	1.904	752
Adiantamento de Clientes			
Oliveira Trust DTVM S.A.	Controlada	20	-
Resultado			
Receita antecipada			
Oliveira Trust DTVM S.A.	Controlada	14	-
Despesa com taxa de Escrituração			
OT S.A.	Controladora	14	-

30. Cobertura de seguros

A Companhia adota uma política de seguros, com objetivo de prover a cobertura contra incêndios, danos patrimoniais, subtração de ativos imobilizados e de responsabilidade civil, os quais são utilizados nas atividades operacionais. Desta forma, em 31 de dezembro de 2023 estão contratados seguros cobrindo valores em risco de até R\$ 38.536.

31. Contingências judiciais

- (i) Ação de repetição de indébito pela não incidência de ISS da base de cálculo do PIS e da COFINS

A OT DTVM e a OT SERVICER ajuizaram ação de repetição de indébito com pedido de tutela provisória antecipada em caráter antecedente sobre a declaração de não incidência de ISS na base de cálculo do PIS/COFINS dos últimos cinco anos.

O pedido foi julgado procedente, em parte, condenando a União a restituir a exação recolhida a maior, mediante compensação com contribuição da mesma espécie e destinação com atualização pela taxa SELIC. A União ingressou com recurso de apelação, sem sucesso, tendo oposto então Recurso Extraordinário, que acarretou o sobrestamento do processo até julgamento de recurso de repercussão geral - Recurso Extraordinário nº 592.616.

Atualmente aguarda-se julgamento do recurso mencionado acima sendo mantido o recolhimento de tais tributos regularmente.

(ii) Mandado de Segurança pela inexigibilidade do PIS e da COFINS sobre as receitas financeiras

A ação busca a compensação do indébito tributário ao que recolheu a título de PIS e COFINS indevidamente nos últimos cinco anos, contados da distribuição da demanda.

O processo aguardava julgamento de Recurso Extraordinário n.º 609.096, com repercussão geral, em relação ao tributo PIS. Com relação à COFINS, a Instituição peticionou junto ao D. Juízo para prosseguimento do feito, sem lograr êxito, por entender o Juízo que se deveria aguardar o julgamento total do recurso, isto é, em relação à parte que diz respeito ao PIS.

Em junho de 2023, foi proferido acórdão dando parcial provimento ao Recurso Extraordinário n.º 609.096, a fim de estabelecer a legitimidade da incidência do PIS e da COFINS sobre as receitas brutas operacionais decorrentes das atividades empresariais típicas de instituições financeiras, à luz da Lei nº 9.718/98, mesmo em sua redação original, ressalvadas as exclusões e deduções legalmente prescritas.

O processo permanece sobrestado, aguardando o trânsito em julgado do referido Recurso Extraordinário.

(iii) Na condução regular da prestação de serviços de administração de fundos de investimento, e na qualidade de responsável tributária, por substituição, a OT Servicer está respondendo ao lançamento da Autoridade Fiscal, ocorrido em 2020, relacionado à eventual diferença de recolhimento de tributos. O processo, cujo valor original envolvido é de R\$ 29.803, encontra-se ainda na fase administrativa, sendo que a expectativa de perda, nesta fase, atribuída pelos assessores jurídicos, é possível. Se, eventualmente, a decisão for desfavorável na esfera administrativa, a Administração poderá discutir judicialmente o mérito do referido lançamento, de modo que não é praticável, nesse momento, estimar o tempo para resolução definitiva desta demanda, e o seu eventual efeito financeiro, se houver.

Não obstante, os cotistas do fundo de investimento envolvido têm capacidade financeira e garantem, integralmente, todos os custos a serem incorridos ao longo do processo, incluindo eventuais perdas decorrentes de decisão final desfavorável, de modo que não haverá qualquer impacto econômico-financeiro para a OT Servicer ou Companhia em decorrência do referido processo.

(iv) Reclamação trabalhista

Trata-se de reclamação trabalhista ajuizada contra a OT Servicer, cuja sentença proferida em primeira instância julgou a ação improcedente, tendo sido interpostos, recurso ordinário e recurso adesivo, respectivamente, pelo reclamante e reclamada. Em junho de 2023, foi dado provimento parcial ao recurso do reclamante. Em face desse acórdão, a reclamada e reclamante opuseram embargos declaratórios, onde os da primeira foram rejeitados e os da segunda foram acolhidos em parte, apenas para prestar esclarecimentos, sem efeito modificativo. Em setembro de 2023, foi interposto recurso de revista pela OT Servicer, que se encontra pendente de julgamento. Os consultores jurídicos classificam a expectativa de perda como possível.

(v) Mandado de segurança pela inexigibilidade da CIDE

Trata-se de Mandado de Segurança impetrado pela OT DTVM em 2022, buscando (i) o afastamento da cobrança da CIDE - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, diante da ausência de transferência de tecnologia por empresa contratada para prestar serviços de manutenção de software, suportes e assistências; e (ii) o reconhecimento do direito à recuperação dos valores recolhidos no decurso do processo. Tendo sido concedida medida liminar para reconhecer a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, em decorrência de depósito judicial realizado. Em março de 2023, o processo foi remetido à conclusão para sentença de 1ª instância. Até dezembro de 2023 a OT DTVM realizou depósitos no montante de R\$ 307, atualizado pela Selic.

- (vi) Mandado de segurança pela observância do limite de 20 vezes o salário-mínimo no recolhimento das contribuições

Trata-se de Mandado de Segurança impetrado pela OT DTVM e OT Servicer em julho de 2023, objetivando reconhecimento do direito de recolher as contribuições destinadas ao INCRA e o Salário-Educação ao FNDE observando o limite de 20 vezes o salário-mínimo sobre o valor total da folha de salários/folha de pagamento mensal (e não de forma individual sobre a remuneração de cada empregado).

Em agosto de 2023, o Ministério Público ofertou parecer manifestando ausência de interesse em intervir no feito, tendo sido proferido despacho determinando a suspensão do processo até o deslinde do julgamento do Tema 1.078 no STJ.

Ainda em agosto de 2023, foi protocolada petição pelas empresas, informando que realizaram depósito judicial do valor controverso em discussão no presente processo, qual seja, a diferença entre as contribuições ao sistema S sobre base de cálculo limitada a 20 salários-mínimos e a base de cálculo sem limitação, a fim de suspender a exigibilidade do crédito tributário, incluindo a incidência de multa e juros por ausência de recolhimento das referidas contribuições. Tais depósitos atualizados pela Selic totalizam R\$ 467 em 31 de dezembro de 2023.

Aguarda-se julgamento do Tema 1.078 no STJ, sendo mantido o recolhimento de tais tributos regularmente.

As Companhias mantêm provisão integral dos valores envolvidos, para os quais realizou os depósitos judiciais descritos (ver Notas Explicativas nº 8 e 19).

- (vii) Na condução regular da prestação de serviços de administração de fundos de investimento, a OT DTVM está respondendo à autuação da Autoridade Fiscal, ocorrida em dezembro de 2022, relacionada à eventual diferença de recolhimento de tributos. O processo, cujo valor original envolvido é de R\$ 478.708, encontra-se ainda na fase administrativa, sendo que a expectativa de perda, nesta fase, atribuída pelos assessores jurídicos, é possível. Se, eventualmente, a decisão for desfavorável na esfera administrativa, a Administração poderá discutir judicialmente o mérito do referido lançamento, de modo que não é praticável, nesse momento, estimar o tempo para resolução definitiva desta demanda, e o seu eventual efeito financeiro, se houver.

Não obstante, ressaltamos que os instrumentos contratuais relacionados à prestação de serviços de Administração bem como à operação como um todo protegem que a OT DTVM não será, em qualquer hipótese, responsável pelo pagamento de eventuais perdas decorrentes de decisão final desfavorável, de modo que não haverá qualquer impacto econômico-financeiro para a OT DTVM ou Companhia em decorrência de eventuais perdas no referido processo.

- (viii) A Companhia e suas controladas não estão expostas às possíveis consequências do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal em fevereiro de 2023, no sentido de que os efeitos de uma sentença transitada em julgado em matéria tributária de trato continuado se extinguem quando há julgamento em sentido contrário pela Corte. Isto porque, adota-se como conduta o regular pagamento das contribuições ou a realização do depósito judicial do valor controverso, para posterior ressarcimento. Assim, a Administração entende, até o momento, não haver impactos significativos para a Companhia e suas subsidiárias em decorrência da referida decisão do STF.

Com exceção do exposto acima, a Companhia e suas controladas não são partes integrantes de outros processos judiciais e/ou administrativos relevantes nas esferas cível, tributária ou trabalhista.

32. Outras informações

- (a) Recursos sob administração e custódia

Em 31 de dezembro de 2023, os patrimônios líquidos dos fundos sob administração do Grupo, totalizavam R\$ 147 bilhões e os ativos em custódia R\$ 148 bilhões.

- (b) Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) e IAS 7. Para fins de apresentação, a variação dos recursos disponíveis referentes aos depósitos recebidos para pré-pagamentos, anteriormente classificados como Equivalentes de caixa, foram reclassificados, para melhor apresentação, na rubrica Ativos financeiros.

OLIVEIRA TRUST S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras controladora e consolidado

Exercício findos em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

33. Eventos subsequentes

Após 31 de dezembro de 2023 e até a presente data não ocorreram eventos que possam influenciar as decisões econômicas a serem tomadas pelos usuários com base nessas demonstrações financeiras.

José Alexandre Costa de Freitas
Diretor
CPF: 008.991.207-17

Carlos Henrique Correa Sismil
Diretor
CPF: 011.896.377-58

Márcia Christina M. M. Coelho
Contadora
CRC/ RJ 108592/O
CPF: 110.977.587-37